

# Escola já cobra em OTN fiscal

As reclamações dos pais não terminarão junto com o ano. Sem querer se identificar, tendo represálias contra a filha, um pai reclama do Colégio Marista de Taguatinga, que estaria cobrando as mensalidades em OTN fiscal. "Paguei em setembro Cz\$ 9 mil 568,24, e em outubro, Cz\$ 14 mil 724", disse, após encaminhar a denúncia à Sunab. A direção do Marista se justificou afirmando que os preços estão abaixo do valor aprovado pelo Conselho de Educação.

Como acontece todos os anos, muitas escolas de Brasília já começaram a cobrar taxas de matrículas, para "garantir" vagas para o próximo ano. O presidente da Fenapa diz que a taxa é ilegal. "Se o aluno passou de ano e está em dia com a escola, a vaga está garantida", afirma Cassemiro. Júlio Gregório, da Comissão de Encargos, ale-

ga que não há impedimento legal para a cobrança da taxa.

## TRADIÇÃO

— Os pais pagam por tradição — afirma Cassemiro. Júlio Gregório argumenta que o Decreto 95.921 não regulamenta a cobrança de taxas de matrículas, que por isso não são ilegais. No Procon e na Sunab ainda não foram registradas reclamações contra estas taxas.

— As escolas consideram a taxa de matrícula um adiantamento da primeira mensalidade — informa Dora Gonçalves, do Procon. Ela diz que as reclamações contra as taxas aparecerão após o mês de dezembro. Dora também reconhece que em alguns casos funcionou melhor o acordo entre pais e donos de escolas, apesar de ressaltar que o 95.921 foi cumprido em Brasília: "Na escola do meu fi-

lho a negociação proporcionou mensalidades mais realistas". Segundo ela, as escolas puderam elevar muito os preços respaldadas pelas regras atuais. "É o caso do Colégio JK, do Gama, onde a mensalidade de outubro chegou a Cz\$ 40 mil".

O delegado regional da Sunab, Paulo Augusto Guimarães, lembrou que foram atuadas, desde agosto, sete escolas do 1º grau e uma faculdade: "Usamos a lei delegada para autuar, mas só interditamos a escola em caso de extrema necessidade".

Em São Paulo, onde o Conselho Estadual não firmou convênio com a Sunab nem trabalhou integrado com o Procon, os aumentos das mensalidades chegaram a 3 mil por cento, disse o presidente da Associação de Pais daquele estado, Stela Lopes.